

Relatório de | 20 Atividades Inea | 20





Instituto Estadual do Ambiente (INEA)

Relatório de Atividades

Exercício de 2020

inea instituto estadual
do ambiente

Secretaria do
Ambiente e
Sustentabilidade



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
SEM TEMPO A PERDER

Instituto Estadual do Ambiente
Avenida Venezuela, 110 – Saúde, Rio de Janeiro – CEP: 20081-312 – Tel. 2332-4604
www.inea.rj.gov.br

Presidente

Philippe Campello Costa Brondi da Silva

Diretor de Licenciamento Ambiental

Oyama Bastos Freitas

Diretor de Pós-licença

Fábio Campos Costa

Diretor de Gente e Gestão

Jorge Eduardo Barreto de Andrade Filho

Diretor de Recuperação Ambiental

Daniel Moraes de Albuquerque

Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas

João Eustáquio Nacif Xavier

Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental

Hélio Vanderlei Coelho Filho

Procuradora Chefe

Vanessa Cerqueira Reis de Carvalho

Corregedora

Camila Helena Habib Storino

Ouvidora

Fabiana Coelho da Silva

Auditor

Carmelio Cesar de Andrade Silva

Coordenadora Executiva e de Planejamento

Cristina Cardoso Alexandre

Equipe de Elaboração

Carlos Alberto Couto da Silva Junior

Tatiana Brandão Guimarães

1. INTRODUÇÃO

O presente documento é parte integrante da prestação de contas dos ordenadores de despesas do Instituto Estadual do Ambiente (INEA) junto à Auditoria Geral do Estado do Rio de Janeiro (AGE) e corresponde ao Relatório Anual da Gestão previsto no anexo IV, item 24, da Deliberação TCE-RJ nº 278/2017 e a Resolução CGE nº 55/2020.

Além de atender às referidas exigências legais, busca-se evidenciar a performance do instituto, ao longo do exercício de 2020, no tocante às ações de proteção, controle e recuperação ambiental, bem como às ações administrativas e de suporte, inclusive a sua execução orçamentária, financeira e patrimonial. Dessa forma, pretende-se aqui retratar as ações mais relevantes a cargo do INEA no ano de 2020 no cumprimento de sua missão de proteger, conservar e recuperar o meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, visando ao desenvolvimento sustentável.

Por último, cumpre ressaltar que as informações nele contidas não esgotam todas as nossas ações ou entregas, apenas contempla as realizações consideradas mais significativas sob o ponto de vista da instituição.

1.1 Histórico

O INEA é uma entidade integrante da Administração Pública Estadual Indireta vinculada à Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), cuja criação teve como objetivo imprimir maior eficiência na preservação do meio ambiente do estado do Rio de Janeiro, a partir da fusão de três órgãos: FEEMA (Fundação Estadual de Engenharia de Meio Ambiente), SERLA (Superintendência Estadual de Rios e Lagoas) e IEF (Instituto Estadual de Florestas).

Criado pela Lei Estadual nº 5.101, de 04 de outubro de 2007, o INEA, cuja atuação é submetida ao regime autárquico especial, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. A instalação do INEA foi efetivada com a promulgação do Decreto Estadual nº 41.628, em 12 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a sua estrutura organizacional, sua forma de organização e suas competências.

Compete ao INEA a função de executar as políticas estaduais do meio ambiente, de recursos hídricos e de recursos florestais adotadas pelos Poderes Executivo e Legislativo do Estado do Rio de Janeiro. Sua estrutura, atualmente, é regida pelo Decreto Estadual n.º 46.619, sendo composta pela Presidência e por seis Diretorias,

cujos titulares compõem seu Conselho Diretor, presidido pelo Presidente da instituição, mediante as seguintes principais competências:

- **Diretoria de Licenciamento Ambiental:** conduzir os procedimentos de licenciamento ambiental, que contenham ou não autorizações e demais atos relativos a recursos hídricos e à política florestal; gerenciar o uso de agrotóxicos em âmbito estadual; editar atos de outorga e extinção de direito de uso dos recursos hídrico; aprovar Projetos de Alinhamento de Rio, de Orla de Lagoa ou Laguna e demarcar Faixas Marginais de Proteção; emitindo as análises e pareceres correspondentes.
- **Diretoria de Pós-licença:** orientar e coordenar o exercício das atividades de fiscalização, acompanhamento pós-licença e de controle da poluição ambiental, mediante a adoção de medidas de polícia, cautelares e lavratura de autos de constatação e de infração; coordenar e executar ações de acompanhamento de atividades licenciadas ou autorizadas, verificando o cumprimento das condições e restrições da licença ou autorização ambiental; e analisar as impugnações apresentadas em face das sanções administrativas de multa e apreensão aplicadas em virtude de cometimento de infrações ambientais.
- **Diretoria de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas:** orientar a gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos; planejar a criação, implantação, gestão, proteção e fiscalização das unidades de conservação estaduais, bem como reconhecer reversas particulares do patrimônio natural; administrar as unidades de conservação estaduais, inclusive submetendo seus planos de manejo para aprovação; propor normas, diretrizes, planos e estratégias de atuação relacionadas à definição de políticas públicas direcionadas à preservação da biodiversidade fluminense e à proteção, manutenção e restauração da Mata Atlântica do estado; e fomentar a coleta de sementes e produção de mudas, a adequação ambiental de imóveis rurais e manejo sustentável de produtos e subprodutos florestais.
- **Diretoria de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental:** planejar, coordenar e executar ações e projetos estratégicos relacionados à segurança hídrica estadual, bem como exercer a gestão e o monitoramento qualitativo e quantitativo dos recursos hídricos estaduais, além dos principais mananciais de abastecimento do Estado; coordenar o sistema estadual de gerenciamento de recursos hídricos

e a cobrança aos usuários pelo uso dos recursos hídricos estaduais; coordenar o desenvolvimento de estudos de prevenção, mitigação, adaptação e recuperação relativos à gestão do risco de inundações, eventos extremos e segurança de barragens; e realizar o controle ambiental, por meio de programa de monitoramento qualitativo dos corpos d'água e dos efluentes líquidos; e da qualidade do ar e das emissões atmosféricas.

- **Diretoria de Recuperação Ambiental:** elaborar projetos, organizar e realizar obras e intervenções destinadas a recuperar a qualidade dos corpos hídricos e suas margens, prevenindo e controlando inundações; e expedir atos e instrumentos que importem em obrigações institucionais relativos aos contratos e licitações de obras e intervenções ambientais.

- **Diretoria de Gente e Gestão:** promover a administração de pessoas e seus subsistemas, definindo políticas de direitos, deveres, vantagens e benefícios; promover o desenvolvimento de pessoas para garantir o melhor aproveitamento do potencial dos servidores; propor desdobramento de metas para as demais áreas e acompanhar os resultados por meio de uma gestão por indicadores com foco na melhoria contínua; realizar o acompanhamento dos projetos estratégicos; e fomentar o estudo e a pesquisa relacionada às finalidades institucionais.

A atuação desconcentrada do INEA acompanha a divisão do território fluminense em regiões hidrográficas, com a exceção da bacia do rio guandu, integrando assim a gestão ambiental e a de recursos hídricos. Nesse caso, oito superintendências regionais estão estruturadas para licenciar atividades e empreendimentos de baixo e médio potencial poluidor e atender às demandas da sociedade relativas às questões ambientais de todos os municípios do estado. Cabe, também, às superintendências diminuir distâncias, ampliar oportunidades e, ao mesmo tempo, promover mecanismos mais eficientes de controle, acompanhamento e integração das ações de gestão ambiental.

Por último, cumpre informar que o INEA contou com um corpo funcional de 1.112 servidores em efetivo exercício. Ao longo dos últimos onze anos, o quantitativo total de servidores da instituição, incluindo servidores cedidos, teve a seguinte distribuição: 1.188 (2009), 1.293 (2010), 1.396 (2011), 1.513 (2012), 1.509 (2013), 1.519 (2014), 1.401 (2015), 1.376 (2016), 1.318 (2017), 1.203 (2018) e 1.134 (2019).

1.2 Contexto

O atual cenário econômico, nacional e estadual, exerce grande pressão sobre recursos naturais estaduais, em virtude de seu modelo de desenvolvimento pautar-se, essencialmente, em investimentos maciços, públicos e privados, nos setores de infraestrutura, indústria do petróleo e indústrias de base de grande porte do ramo siderúrgico, portuário e turístico, principalmente. Por conseguinte, o setor ambiental do Estado do Rio de Janeiro sofre grande pressão, sob uma forma dicotômica. De um lado, por parte do setor produtivo, sob o qual é intensamente cobrado por um sistema de licenciamento ambiental ágil, inovador e eficiente, e de outro, por parte da sociedade, sob o qual é exigido por políticas de regulação e fiscalização ambiental atuantes, transparentes e eficazes.

Diante de seu papel estratégico no desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro, o setor ambiental do Estado caminhou no sentido de uma reorganização e racionalização de sua estrutura administrativa, por meio da implantação da fusão de órgãos, da gestão orientada para resultados, da profissionalização da gestão, da valorização do servidor público e do aperfeiçoamento dos processos administrativos; como desdobramentos das ações de reestruturação do Estado. Com isso, a partir do pressuposto de que o desempenho do aparelho estatal é cada vez mais pressionado pela comparação com a qualidade e os custos dos serviços prestados pelo setor privado e pela compreensão de que o mero cumprimento de rotinas burocráticas, por si só, não é condição suficiente para a produção dos resultados esperados, projetou-se um processo sustentável de reconstrução da gestão pública estadual.

1.3 Estratégia

A atuação de qualquer organização é direcionada para o cumprimento de seu propósito estratégico: missão. A missão é a definição do propósito norteador da unidade – o porquê de sua existência. É ela que estabelece a sua razão de ser e reflete a motivação dos colaboradores em se envolverem cada vez mais com o trabalho. O cumprimento do propósito de uma unidade administrativa requer o esclarecimento da situação futura pretendida em termos de visão. A visão de futuro diz respeito à mudança, ao crescimento e à transformação da unidade em questão. Normalmente, é expressa por uma declaração que denota como a unidade quer estar posicionada no longo prazo.

Missão

O INEA surge com a missão de proteger, conservar e recuperar o patrimônio ambiental do Estado do Rio de Janeiro para promover a agenda do desenvolvimento sustentável, sendo um órgão gestor ambiental de referência, exercendo um papel estratégico no desenvolvimento do Estado.

Visão

Ser um órgão gestor ambiental de referência, exercendo um papel estratégico

na agenda de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, com quadro funcional qualificado e valorizado, credibilidade e atuação descentralizada.

2. REALIZAÇÕES

Nesta seção, serão apresentadas as principais realizações, por eixo de atuação a cargo do INEA, ao longo do ano de 2020, durante o exercício de suas atribuições. Cumpre ressaltar que as informações aqui contidas não esgotam todas as suas ações ou entregas, logo apenas representam as mais significativas sob o ponto de vista da instituição.

2.1 Licenciamento ambiental e pós-licença

O eixo licenciamento e pós-licença faz parte de um grande esforço do INEA para modernizar e agilizar a gestão ambiental fluminense. O Decreto Estadual nº 46.890, de 23 de dezembro de 2019, instituiu o novo Sistema Estadual de Licenciamento e demais procedimentos de Controle Ambiental – SELCA. Nesse sentido, espera-se com a operacionalização desse novo sistema estadual de licenciamento ambiental facilitar o acesso do requerente ao INEA e simplificar os trâmites processuais para promover a redução no tempo de análise a fim de dar conta dos projetos e empreendimentos voltados para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Por outro lado, almeja-se aumentar a efetividade da prevenção do dano ambiental a partir do redirecionamento do esforço da Instituição para as ações de fiscalização e acompanhamento que intentam não só garantir a operação das atividades licenciadas de acordo com as condicionantes estabelecidas, mas também coibir operações ou práticas em desconformidade com a legislação ambiental.

Objetivo: i) implementar de forma integral o novo Sistema Estadual de Licenciamento e demais procedimentos de Controle Ambiental - SELCA; ii) redirecionar o esforço da Instituição para o pós-licença; iii) ampliar as vistorias de fiscalização e de pós-licença; e iv) rever e simplificar procedimentos.

Principais linhas de atuação: 1) emitir licenças ambientais e demais instrumentos de controle ambiental; 2) elaborar e revisar as normativas técnicas e administrativas; 3) analisar estudos de impacto ambiental; 4) realizar vistorias de licenciamento, de acompanhamento de condicionantes e de fiscalização; 5) aplicar sanções e multas ambientais em operações ou práticas em desconformidade com a lei; 6) apreciar impugnações a autos de infração; 7) habilitar e fiscalizar os municípios no licenciamento ambiental; e 8) simplificar trâmites processuais

Principais Resultados:

- 1) Emissão de 3.156 licenças, certidões, certificados e autorizações, cujo prazo médio de resposta foi de 629 dias, sendo 37% destas dentro do prazo legal.

- 2) Realização de 1.480 vistorias de licenciamento e de acompanhamento de condicionantes de instrumentos de licenciamento ambiental em vigor.
- 3) Avaliação de 9 estudos de impacto ambiental.
- 4) Realização de 1.998 vistorias de fiscalização contra infrações ambientais.
- 5) Emissão de 518 autos de constatação e de 1.753 autos de infração, cujo montante das sanções perfaz R\$ 24 milhões.
- 6) Adoção de 109 medidas cautelares (suspensões parciais, suspensões totais, apreensões ou embargos) decorrentes de ações de fiscalização diversas.
- 7) Análise de 579 processos de impugnação contra os autos de infração emitidos, com a elaboração de 368 pareceres conclusivos.
- 8) Emissão de 531 notificações preventivas de incêndio realizadas pelos agentes ambientais nas unidades de conservação.
- 9) Desenvolvimento e aprimoramento do sistema informatizado para tramitação dos processos digitais de licenciamento em função do SELCA;
- 10) Construção do novo Portal do Licenciamento que será a interface do usuário externo (requerente) com o órgão ambiental estadual - INEA.
- 11) Elaboração de 1.647 respostas pelas superintendências regionais para atendimento de denúncias da sociedade civil ou de solicitações do Ministério Público, Polícia Civil e outras instituições.
- 12) Elaboração de 6 (seis) normativas técnicas e administrativas para operacionalização do SELCA.
- 13) Celebração de 2 Termos de Ajustamento de Condutas (TAC) em razão de suspensão de multas ou de Autorização Ambiental de Funcionamento, cujo montante é de R\$ 50.047.956,62, além da celebração de outros 4 Termos Aditivos para prorrogar o prazo de vigência, alterar cláusulas ou o plano de ação, conforme o caso.
- 14) Elaboração da Nota Técnica DIPOS nº 001/2020 – Procedimento Operacional Padrão POP para tramitação eletrônica de processos de aplicação de sanções administrativas.
- 15) Inclusão no Portal do INEA de dados mensais sobre os autos de infração emitidos e das áreas embargadas pela DIPOS, além das decisões de julgamento das infrações ambientais.

2.2 Qualidade ambiental do ar, água e solo

O eixo qualidade ambiental faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de coordenar as ações e integrar setores de controle ambiental por meio de programas de monitoramento quali-quantitativo sobre os corpos d'água, as bacias áreas e o uso do território, de modo a atender às políticas de comando e controle do Estado no tocante à efluentes líquidos industriais, resíduos sólidos e emissões atmosféricas. De modo adicional, almeja-se aumentar o acesso à água potável e à coleta e tratamento de esgoto por parte de uma fração da população desassistida pelas concessionárias públicas e privadas.

Objetivo: i) monitorar e informar a qualidade ambiental do ar, água e solo; ii) credenciar e certificar unidades laboratoriais; iii) controlar efluentes líquidos industriais, resíduos sólidos e emissões atmosféricas; e iv) promover o acesso à água potável, a coleta e tratamento de esgoto e a destinação adequada de resíduos sólidos.

Principais linhas de atuação: 1) monitorar quali-quantitativamente a qualidade ambiental do ar, água e solo; 2) combater a emissão atmosférica, destinação de resíduos sólidos e a emissão de efluentes líquidos residenciais ou industriais em desconformidade com os preceitos legais; 3) emitir boletins hidrometeorológicos, de balneabilidade, de risco de incêndios florestais, de qualidade do ar e de qualidade da água; e 4) realizar análises laboratoriais sobre a qualidade ambiental dos corpos d'água.

Principais Resultados:

- 1) Realização de 210 vistorias de monitoramento de efluentes industriais e de qualidade da água, além de 08 vistorias de monitoramento de emissões atmosféricas e de qualidade do ar e de 80 vistorias de inspeções sanitárias.
- 2) Divulgação de 305 boletins hidrometeorológicos, 206 boletins de balneabilidade e 305 boletins de risco de incêndios florestais.
- 3) Realização de 12.804 análises laboratoriais de amostras de água, além do credenciamento de 25 laboratórios públicos e/ou privados.
- 4) Emissão de 06 Certificados de Registro para Medição de Emissão Veicular (CREV).
- 5) Acompanhamento de 2.135 empresas vinculadas ao Programa de Autocontrole de Emissão de Fumaça Preta (120 novas empresas vinculadas em 2020).
- 6) Acompanhamento rotineiro de 257 pontos de monitoramento de balneabilidade espalhados por 196 praias de todo o estado. A partir do segundo semestre a retomada foi com acompanhamento rotineiro de 67 pontos de monitoramento de balneabilidade espalhados por 35 praias de todo o estado.
- 7) Credenciamento de 193 empresas no programa PROCON-água.
- 8) Acompanhamento de 117 empresas vinculadas ao Programa de Monitoramento de Emissões de Fontes Fixas para a Atmosfera (30 novas empresas cadastradas no sistema em 2020).
- 9) Cadastramento de 142 empresas no programa de relato de emissões de gases de efeito estufa.
- 10) Emissão de 42 boletins de qualidade ambiental da água.
- 11) Publicação de 2 Relatórios Anuais de Qualidade do Ar do Estado do Rio de Janeiro.

2.3 Governança das águas e segurança hídrica

O eixo governança das águas e segurança hídrica faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de assegurar à atual e às futuras gerações o acesso à água de qualidade e em quantidade suficiente por meio de instrumentos de gestão que intentam garantir o uso sustentável dos recursos hídricos disponíveis, além de propor ações, em articulação com os demais atores do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SEGRHI), que visem à proteção e à recuperação de mananciais e fontes de abastecimento hídrico.

Objetivo: i) zelar pela garantia da segurança hídrica; ii) assegurar o uso sustentável dos recursos hídricos; iii) recuperar e proteger zona de mananciais ou fontes de abastecimento; e (iv) fomentar a gestão participativa das águas.

Principais linhas de atuação: 1) realizar a gestão do cadastro de usuários de recursos hídricos; 2) cobrar pelo uso da água fluvial ou subterrânea; 3) celebrar contratos de gestão com delegatárias dos comitês de bacia hidrográfica; 4) desenvolver estudos ou ações que contribuam para o aumento da segurança hídrica; 5) monitorar e planejar ações visando mitigar, prevenir e/ou minimizar os efeitos de eventos hidrológicos extremos (estiagens e inundações); 6) fiscalizar a segurança de barragens de competência do INEA; e 7) proteger e recuperar áreas de proteção permanente estratégicas.

Principais Resultados:

- 1) Cadastramento de 1.512 novos pontos de interferência usuários de água regularizados no CNARH (Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos), perfazendo o montante de 12.606 pontos de interferência cadastrados em todo o estado.
- 2) Incorporação de 84 novos usuários, o que acarretou cobrança de 1.156 usuários pelo uso da água, com uma arrecadação anual de R\$ 62,8 milhões.
- 3) Repasse de R\$152 milhões para as agências/comitês de bacia hidrográfica, decorrente de arrecadação do FUNDRI (o maior valor histórico registrado).
- 4) Elaboração do Relatório de Segurança de Barragens 2019.
- 5) Aumento do número de barramentos cadastrados no Sistema de Informações dos Barramentos do Estado do Rio de Janeiro chegando a um total de 320 barramentos.
- 6) Realização de 6 vistorias relacionadas à fiscalização de segurança de barragens.
- 7) Emissão de 92 notificações aos empreendedores de barramentos visando a implementação das Políticas Nacional e Estadual de Segurança de Barragens (PNSB e PESB).

- 8) Adesão do INEA ao programa Monitor de Secas da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) com a publicação de 7 mapas mensais retratando a situação de seca no Estado.
- 9) Elaboração de 12 curvas-chaves, possibilitando o conhecimento das vazões dos rios em 12 estações de monitoramento.
- 10) Realização de 2 capacitações sobre segurança hídrica com entes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

2.4 Emergências ambientais e controle de inundações

O eixo emergências ambientais e controle de inundações faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de atender às ocorrências ambientais emergenciais tecnológicas com envolvimento de produtos químicos perigosos, além de prevenir, controlar e mitigar alagamentos ou inundações nas zonas de habitação em torno de faixas marginais de proteção dos corpos hídricos.

Objetivo: i) prevenir, controlar e mitigar alagamentos e inundações em decorrência de transbordamento de corpos hídricos; e ii) mitigar o impacto ambiental de acidentes tecnológicos com produtos químicos perigosos.

Principais linhas de atuação: 1) emitir alertas de cheias à população possivelmente afetada em razão dos níveis dos rios ou de chuvas; 2) implantar e operar estações hidrometeorológicas; 3) atender a ocorrências ambientais emergenciais tecnológicas com envolvimento de produtos químicos perigosos; e 4) realizar exercícios simulados de emergência ambiental.

Principais Resultados:

- 1) Divulgação de 982 alertas de cheias, sendo apenas 70 de transbordamento, para diversos segmentos da população de 30 municípios a partir de uma rede de 109 estações de monitoramento hidrometeorológica telemétrica, distribuídas por 61 corpos hídricos.
- 2) Realização de 120 atendimentos diversos em caráter de emergências decorrentes de acidentes ou incidentes de cunho ambiental, além da prática de 11 exercícios simulados.
- 3) Realização de 1 capacitação para o Batalhão da Polícia Rodoviária em Niterói sobre Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.
- 4) Elaboração sobre do Plano de Logística de Transporte, com o objetivo de possuir e manter frota de veículos em qualidade e quantidade adequada para atendimentos a emergências.
- 5) Elaboração do Plano de Ação em Emergências para chuvas intensas.

2.5 Cobertura florestal e proteção da biodiversidade

O eixo cobertura vegetal e proteção da biodiversidade das águas faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de conservar a biodiversidade fluminense por meio da criação e gestão das unidades de conservação estaduais e da produção de mudas de espécies arbóreas nativas, além da promoção e fomento da restauração de áreas degradadas da mata atlântica do Rio de Janeiro, visando à preservação dos ecossistemas nativos e das paisagens naturais notáveis, ao aumento da cobertura florestal e à proteção da flora e da fauna nativas.

Objetivo: i) aumentar a área conservada e restaurada; ii) melhorar a infraestrutura das UC estaduais; e iii) fomentar o uso público e a visitação pública nos parques estaduais.

Principais linhas de atuação: 1) conservação da biodiversidade e restauração da cobertura vegetal; 2) estruturação das unidades de conservação; 3) fomento ao uso público e a visitação pública; e

Principais Resultados:

- 1) Área protegida por unidades de conservação estaduais alcançou o patamar de 477.339 hectares.
- 2) Área de Reserva Legal no estado alcançou o patamar de 20.838 hectares.
- 3) Registro de 403.822 visitantes em Parques estaduais, com o monitoramento realizado por meio de eco-contadores e livros de registro.
- 4) Incorporação de 36 novos guarda-parques às diversas unidades de conservação estaduais.
- 5) Restauração de 1.683 hectares de áreas degradadas no ERJ, sendo 1034 hectares de Projetos de Restauração Florestal- PRF e 709 hectares de sistemas agroflorestais e silvipastoris, alcançando o patamar de 8.486,21 hectares em 2020.
- 6) Regularização de 464,53 hectares de área fundiária, com a imissão de propriedades inseridas dentro de parques estaduais. A imissão de posse propriedade Fazenda Alto da Serra foi realizada em favor do Estado do Rio de Janeiro, estando em trâmite à transferência de propriedade ao INEA.
- 7) Emissão de 08 Certificados de Reconhecimento RPPN em razão de áreas de conservação permanente, totalizando 98 unidades em diversos municípios, alcançando o patamar de 8.406,56 hectares, entre elas: Refúgio Ecológico Fazenda Gata do Mato, com 52,23 hectares, Pertinho do Céu, com 18,93 hectares, Bugios da Boa Esperança II, com 6,47 hectares, Terras Frias, com 3,56 hectares, Raibert, com 7,37 hectares, Canto da Coruja, com 2,40 hectares, Barra de Santana, com 7,67 hectares, Não Pensei, com 9,99 hectares.
- 8) Realização do 1º Seminário Estadual de RPPN (evento on-line), totalizando 1,5 mil visualizações.

- 9) Realização do 2º Encontro Científico de RPPN (evento on-line), totalizando 1 mil visualizações.
- 10) Manejo e sinalização de 120 km de trilhas para estimular o uso público dos parques estaduais e aumentar a segurança dos usuários.
- 11) Produção de 34.446 mudas pelos hortos florestais estaduais.
- 12) Realização de eventos de visitação pública ou on line (Live, Encontro Científico, Seminário e Workshop) em unidades de conservação estaduais que contaram com a participação de 8.500 participantes. Em virtude da Pandemia do Coronavírus só houve 01 edição, em janeiro, do Programa Vem Passarilhar no PEPS, totalizando 21 participantes. Na ocasião, foram 123 espécies, sendo 32 endêmicas da Mata Atlântica e 01 ameaçada de extinção.
- 13) Realização do curso de capacitação em prevenção e defesa de incêndios florestais, contemplando 112 agentes públicos dos municípios de Cachoeira de Macacu, Valença e Petrópolis.
- 14) Realização do Curso de Credenciamento de Guias e Condutores de Visitantes nos parques estaduais, contemplando 51 profissionais para atuarem no Parque Estadual da Serra da Tiririca (17) e no Parque Estadual da Costa do Sol (34).
- 15) Credenciamento de 2.572 novos cadastros ambientais rurais, perfazendo o montante de 53.815 cadastros contemplados pelo CAR, abrangendo 174.770,94 hectares.
- 16) Realização de 477 análises de processos de Cadastro Ambiental Rural (CAR) visando validação das informações declaradas no Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) para regularização ambiental.
- 17) Contratação de 429 proprietários ou possuidores de imóveis rurais beneficiados em projetos de pagamento por serviços ambientais no estado do Rio de Janeiro, concluídos ou em execução, totalizando 978 hectares de áreas de restauração florestal, 6.136 hectares de conservação florestal e 709 hectares de conversão produtiva, no âmbito do Programa Estadual de PSA, além do lançamento do Portal do Programa Estadual de PSA e do Cadastro Estadual de PSA.
- 18) Atualização do Portal de dados geoespaciais do estado do Rio de Janeiro (Portal GEOINEA) e Lançamento de Portal de dados geoespaciais dos 92 municípios do estado do Rio de Janeiro (Portal GEOINEA municípios), totalizando 536 e 3.063 camadas de dados ambientais disponibilizados, respectivamente, para visualização e download.
- 19) Realização de 05 webinários, totalizando 3,8 mil visualizações, sendo: Conectando conservação e produção para a sustentabilidade Projeto Conexão Mata Atlântica no RJ, Soluções baseadas na natureza para as cidades, Lançamento e mini capacitação no uso do Portal GEOINEA, Soluções baseadas na Natureza para Água, Clima e Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos: conceitos, classificação e aplicação.
- 20) Emissão de 64 Autorizações e 10 aditivos para a realização de pesquisas científicas em unidades de conservação estaduais.

- 21) Edição de 01 portaria (Portaria Inea/DIBAPE nº 02/2020) e 02 resoluções (Resolução Inea nº 200/2020 e Resolução Inea nº 201/2020): Estabelece critérios para a reabertura gradativa das unidades de conservação estaduais para a prática de atividades desportivas e visitação de pontos turísticos.
- 22) Atendimento de 3.763 alunos em atividades de sensibilização ambiental.
- 23) Realização de 111 resgate e/ou manejo de fauna.
- 24) Emissão de 496 notificações preventivas de incêndios florestais aplicadas.
- 25) Construção e/ou manutenção de 2.332 metros de aceiros preventivos de Incêndios Florestais.
- 26) Resgate de 7 visitantes perdidos e/ou acidentados nas UCs estaduais.
- 27) Execução de 100 combates à Incêndios Florestais realizados.

2.6 Recuperação ambiental de corpos d'água e de faixas marginais de proteção

O eixo recuperação ambiental de corpos d'água e de faixas marginais de proteção faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de recuperar áreas degradadas nos corpos d'água ou em suas faixas marginais de proteção em razão de intervenção humana ou de ação das intempéries. Ao mesmo tempo, pretende realizar o desfazimento de construções irregulares em áreas não-edificante, realocando seus ocupantes, se for o caso.

Objetivo: i) recuperar corpos d'água e faixas marginais de proteção; 2) prevenção e controle de inundações; 3) mitigar a contaminação dos corpos d'água por dejetos industriais e domiciliares; e 3) desfazer construções irregulares em áreas não-edificante.

Principais linhas de atuação: 1) implantar calhas e parques fluviais para controle de inundações; 2) desassorear e limpar corpos d'água para prevenção de inundações; 3) demolir edificações irregulares em zonas de FMP e APP; 4) plantar mudas ou instalar equipamentos públicos em zonas de FMP para preservação de áreas de inundação e de infiltração; 5) implantar aterros sanitários consorciados e estações de tratamento de água ou de esgoto.

Principais Resultados:

1) Dragagem de sedimentos

Região Hidrográfica	Município	Volume de Retirado
RH I - Baía de Ilha Grande	-	-
RH II - Guandu	Paracambi	137.896
	Seropédica	52.606
	Itaguaí	29.494

	Japeri	6.020
	Queimados	58.801
	Mangaratiba	4.300
RH III - Médio Paraíba do Sul	Itatiaia	23.800
	Paraíba do Sul	18.050
	Valença	378
RH IV - Piabanha	Teresópolis	14.937
	Petrópolis	38.809
RH V - Baía de Guanabara	Rio de Janeiro	37.625
	São Gonçalo	3.038
	Itaboraí	44.632
	Duque de Caxias	175.622
	São João de Meriti	31.698
	Belford Roxo	58.227
	Nova Iguaçu	7.060
	Mesquita	42.537
	Niloópolis	11.720
	Guapimirim	55.335
	Magé	10.789
RH VI - Lagos São João	Araruama	36.350
RH VII - Rio Dois Rios	-	-
RH VIII - Macaé e das Ostras	Rio das Ostras	34.593
RH IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana	São João da Barra	9.920
	Quissamã	49.666
	Campos dos Goytacazes	194.746

- 2) Realização de aproximadamente 650 vistorias para acompanhamento e/ou fiscalização de projetos e obras de engenharia e mais de 1.000 vistorias para os contratos dos serviços de desassoreamento dos rios e de remoção do lixo flutuante ambiental.
- 3) Acompanhamento de 23 contratos com verba do estado, que contemplam obras, projetos, trabalhos socioambientais, além de serviços de manutenção, operação e reforma, sob um montante de R\$145 milhões e aplicado, em 2020, aproximadamente 37 milhões.
- 4) Continuidade dos serviços de operação para remoção do lixo flutuante e plantas macrófitas aquáticas em diversos cursos d'água contribuintes da Baía de Guanabara, com a retirada de 3.632,75 t de material. Todo o material foi devidamente transportado para aterro sanitário para destinação final. Além da implantação de 5 bases operacionais localizadas nos afluentes do complexo lagunar de Jacarepaguá que entraram em operação também para a retirada do lixo flutuante e plantas macrófitas.

- 5) Execução de 30% da obra de recuperação do canal Jacatirão, no município de Duque de Caxias, com a implantação de estruturas de concreto pré-moldado e estroncas, com grande relevância para a drenagem das águas pluviais do entorno.
- 6) Finalização da obra do parque urbano de Belford Roxo à margem do Polder do canal do Outeiro, com uma área de aproximadamente 7.000 m².
- 7) Continuidade do projeto e serviços para a adequação e ampliação da Estação de Tratamento de Esgoto na Localidade Ermitage, em Teresópolis, bem como a operação e manutenção da infraestrutura existente.
- 8) Execução de 6,70% da subsede Vale da Revolta do Parque Estadual dos Três Picos, no município de Teresópolis. Essa intervenção contempla implantação de Guarita, Pórtico, Sede Administrativa, Centro de Visitantes, Casa do Chefe do Parque, Alojamento Guarda Parques, Sanitários do Camping e Apoio ao Lazer Coberto.
- 9) Finalização da obra do Mirante do Pontal do Atalaia, em Arraial do Cabo, com a melhoria na infraestrutura do Parque Estadual da Costa do Sol.
- 10) Finalização da obra do Parque Urbano Municipal da Serra da Misericórdia, no Complexo do Alemão, em Ramos, com a execução dos serviços de recomposição vegetal, infraestrutura externa, serviços de drenagem e recuperação da via de acesso, objetivando a proteção, preservação e recuperação ambiental da área.
- 11) Execução de 17% da implantação da Creche, na localidade Ermitage, em Teresópolis, com capacidade para 192 crianças de 0 a 4 anos numa edificação térrea de aproximadamente 1.300m². Foram executados os serviços de implantação do muro de gabião, perfuração de estaca raiz em solo, escoramento, forma e aço da superestrutura – vigas e lajes, contra piso da laje de cobertura, instalações hidráulicas e execução de alvenaria/revestimento.
- 12) Execução de 4,5% do contrato que tem como objeto substituir 7 travessias ao longo do rio Bengalas, em Nova Friburgo, no qual foram executados os serviços de injeção dos tirantes, implantação das cortinas de concreto armado para contenção das margens, execução de estaca raiz referente à fundação das estruturas metálicas em 3 passarelas, escavação e implantação dos tirantes, drenos profundos nas cortinas, rampas de acesso às passarelas, além da instalação e pintura de guarda corpo nos trechos das mesmas.
- 13) Início do projeto de recuperação da Barragem de Gericinó, com o desenvolvimento, em 2020, de 65% do projeto, sendo realizados Serviços Preliminares, com a entrega do Plano de Trabalho e o Inventário Florestal e Faunístico, Serviços de Campo (Topografia e Topobatimetria).
- 14) Investigação Geotécnica, Caracterização da Área, Coleta de Dados e Diagnóstico da Estrutura, além de terem sido realizados ensaios de laboratório complementares.

2.7 Ações socioambientais

O eixo ações socioambientais faz parte de um grande esforço do INEA no sentido de coordenar os diversos trabalhos de cunho socioambiental, que visam a desenvolver aspectos sociais e ambientais de forma integrada com os beneficiários de suas políticas públicas, por meio de ações educativas ou profissionalizantes que intentam alterar a situação vigente do público-alvo, além, é claro, de promover a qualidade ambiental do ar, água e solo, além de realizar o reassentamento involuntário de famílias, em decorrência das intervenções executadas pelo órgão em áreas não edificantes ou residentes irregularmente nas margens dos rios recuperados.

Objetivo: i) promover a coleta seletiva de resíduos líquidos e sólidos e a posterior devida reciclagem; ii) executar políticas de educação ambiental e de serviços ambientais; e iii) desenvolver aspectos ambientais e sociais no público-alvo; iv) promover o reassentamento involuntário de famílias, e, também, ações de caráter socioambiental nas áreas, objeto das intervenções físicas de drenagem urbana e controle de inundações

Principais linhas de atuação: 1) realizar ações de educação ambiental e 2) promover a coleta seletiva e posterior reciclagem; 3) realizar o processo de cadastramento, negociação e indenização das benfeitorias localizadas em frentes de obras que demandam reassentamento; 5) realizar ações de caráter socioambiental em suporte às ações de reassentamento; 6) executar ações de caráter socioambiental voltada à população residente no entorno das intervenções físicas de drenagem urbana e controle de inundações.

Principais Resultados:

- 1) Recolhimento de 267 toneladas de material sólido com destinação irregular em diversos ecopontos pelo programa 'olho no lixo'.
- 2) Realização de 337 aulas sob a temática socioambiental (funkverde, ecomoda, empreendedorismo e educação ambiental), as quais contaram com a participação de 443 pessoas.
- 3) Oferecimento de capacitação (palestra) para os funcionários do INEA/SEAS para a implantação da Coleta Seletiva no prédio.
- 4) Instrumentalização dos funcionários da limpeza para a implantação da Coleta Seletiva no prédio.
- 5) Participação em 2 eventos virtuais de Educação Ambiental (RBG e UERJ).
- 6) Elaboração, em conjunto com a DIBAPE, da Norma Operacional para projetos de educação ambiental em Unidades de Conservação.
- 7) Finalização e entrega de proposta de Programa Estadual de Capacitação em Educação Ambiental junto ao FECAM

- 8) 1 Workshop, em parceria com a SUPSUS, para as superintendências regionais do INEA
- 9) Participação de 2 reuniões realizadas pela ANPPEA sobre o Projeto Político Pedagógico da Zona Costeira e Marinha.
- 10) Realização de 130 atendimentos à população reassentada em decorrência das intervenções físicas de obra.

2.8 Gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas

O eixo gestão do conhecimento e desenvolvimento de pessoas faz parte de um grande esforço do INEA para melhorar a execução de políticas públicas estaduais de meio ambiente, recursos hídricos e florestais, a partir de uma cultura de gestão orientada para a entrega de resultados, com foco em estabelecimento de metas globais e setoriais, meritocracia, valorização do capital humano e transparência administrativa. Com isso, espera-se incrementar a eficácia e eficiência organizacional por meio da difusão de conhecimento e da formação de seu quadro técnico e de lideranças com alta capacidade executiva e operacional.

Objetivo: 1) produzir e difundir o conhecimento técnico de seu capital intelectual; 2) desenvolver e capacitar os servidores em gestão, liderança e saber técnico, além de promover a integração interna; e 3) incorporar práticas de transparência administrativa e de prestação de contas à sociedade.

Principais linhas de atuação: 1) desenvolvimento e aperfeiçoamento de lideranças e de técnicos; 2) avaliar o desempenho individual de seu quadro efetivo; 3) conduzir estudos avaliação de suas políticas públicas; 4) propagar matérias, notas positivas ou explicativas na mídia impressa e eletrônica, interna e externa; 5) publicar produções técnicas na área ambiental e franquear o acesso ao seu acervo técnico; 6) incentivar transparência, divulgação e compartilhamento de informações; 6) gerir o cadastro de seu quadro funcional, bem como benefícios e vantagens.

Principais Resultados:

- 1) Formulação do Plano Estratégico do INEA para o ciclo 2021-2021, com a proposição de 145 iniciativas prioritárias, além da redefinição da missão, visão, valores, objetivos, eixos de atuação e cadeia de valor.
- 2) Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, o qual orienta a atuação organizacional para a obtenção de uma situação futura em termos de recursos tecnológicos, além, é claro, de explicitar a política de governança e gestão dos recursos de TIC.
- 3) Estudo avaliativo sobre o efeito da governança de indicadores e metas sobre a produtividade no licenciamento ambiental.

- 4) Estudo avaliativo sobre a série histórica de 10 anos de requerimentos de licenciamento ambiental.
- 5) Estudo Avaliativo sobre os servidores do grupo de risco e condições de retorno ao trabalho presencial durante a crise sanitária.
- 6) Estudo Avaliativo sobre os custos de ressarcimento de análise e processamento dos instrumentos de licenciamento e controle ambiental.
- 7) Oferecimento de 32 atividades de formação do Eixo Integração (palestras, workshops, seminários e eventos), contando com cerca de 309 participantes.
- 8) Oferecimento de 25 atividades de formação do Eixo Gestão e Liderança (oficinas e cursos), contando com cerca de 394 participantes.
- 9) Oferecimento de 21 atividades de formação do Eixo Técnico (cursos, palestras, workshops, webinar, seminários e eventos), contando com cerca de 1353 participantes.
- 10) Publicação de 4 edições da Revista Ineana e de 1 livro digital (Conexão Mata Atlântica).
- 11) Elaboração de 1 Plano de Recursos Hídricos RH-1.
- 12) Edição de 654 atos de nomeações, exonerações, demissões e suspensão de contrato.
- 13) Concessão de 15 aposentadorias para servidores do quadro efetivo.
- 14) Realização de 144 avaliações de servidores.
- 15) Publicação de 150 Boletins de Serviço.
- 16) Publicação de 43 edições do *Jornal Mural Cá Entre Nós*.
- 17) Divulgação de 380 notícias no *extranet* do Inea
- 18) Elaboração de 118 *releases* e avisos de pauta, além da prospecção de 632 matérias, notas positivas ou explicativas na mídia impressa e eletrônica.
- 19) Publicação de 308 *posts* nas Redes Sociais, tendo o Facebook cerca de 25 mil seguidores; o Instagram (cerca de 14,2 mil seguidores) e o Twitter aproximadamente 9.750 seguidores.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

As informações apresentadas no presente relatório possuem caráter descritivo e se pautaram exclusivamente nos Demonstrativos Contábeis da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, que institui as normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, além dos normativos legais que regem a aprovação e alterações do orçamento público.

A Lei Estadual nº 8.731 de 24 de janeiro de 2020, autorizou o orçamento anual para o Instituto Estadual do Ambiente - INEA demonstrando a dotação inicial em R\$ 319.639.390,00 (trezentos e dezenove milhões, seiscentos e trinta e nove mil e trezentos e trinta reais), que após atualização totalizou R\$ 455.394.396,93 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos).

O resultado orçamentário (diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada) foi deficitário em R\$ 6.471.847,35 (seis milhões, quatrocentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e sete reais e trinta e cinco centavos).

Ressaltamos que este déficit foi apurado considerando as despesas empenhadas utilizando o crédito orçamentário recebido através de descentralizações do Fundo Estadual de Conservação Ambiental – FECAM, não contemplando a Receita Realizada do FECAM destinada ao crédito descentralizado, presente apenas no Balanço Orçamentário do referido Fundo.

Receita realizada – INEA: R\$ 170.151.602,11	
Orçamento INEA	R\$ 133.879.302,72
Orçamento FECAM	R\$ 42.744.146,74
Despesa empenhada:	<u>R\$ 176.623.449,46</u>
Resultado Orçamentário:	(R\$ 6.471.847,35)

A receita realizada do INEA no exercício de 2020 representou o percentual de 78,40% sobre o total previsto de R\$ 217.038.911,00 (duzentos e dezessete milhões, trinta e oito mil e novecentos e onze reais), portanto, ocorreu um déficit na arrecadação no valor de R\$ 46.887.308,89 (quarenta e seis milhões, oitocentos e oitenta e sete reais).

Em contrapartida, de acordo com Balanço Orçamentário, foi obtida uma economia orçamentária (diferença entre a dotação atualizada e a despesa empenhada) de R\$ 278.770.947,47 (duzentos e setenta e oito milhões, setecentos e setenta mil, novecentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos), correspondente a um percentual de 61,22%. Os detalhamentos da receita e da despesa seguem nos quadros a seguir.

3.1 Arrecadação

Tabela 1 – Evolução da Arrecadação Anual do INEA

FR	Descrição da Fonte de Recursos	2018	2019	2020
212	Transferências Voluntárias	1.900.650,04	138.682,71	58.345,26
214	Transferências do PAC	10.872.221,09	13.381.443,97	572.627,18
218	Transferências Intraorçamentárias	88.781.725,49	79.845.488,55	47.135.327,61
230	Recursos Próprios	25.263.521,89	21.409.900,04	20.592.465,58
232	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	15.855.731,62	11.310.219,51	10.847.182,39
233	Alienação de Bens	264.500,00	260.681,21	6.851,13
297	Conservação ambiental	978.361,47	63.219.491,87	90.938.802,96
	Arrecadação Anual	143.916.711,60	189.565.907,86	170.151.602,11

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

3.2 Execução Orçamentária

O orçamento inicial foi aprovado pelo Decreto Estadual nº 46.931 de 07 de fevereiro de 2020, o qual dispõe sobre a programação orçamentária e financeira por meio do estabelecimento de normas para a execução orçamentária pelo Poder Executivo no exercício de 2020, mediante a autorização de sua execução, fixado em R\$ 455.394.396,93 (quatrocentos e cinquenta e cinco milhões, trezentos e noventa e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais e noventa e três centavos).

Tabela 2 – Evolução Orçamentária Anual do INEA

Descrição Orçamentária	2018	2019	2020
Orçamento Liberado (Dotação Atualizada)	249.245.809,06	573.836.646,18	455.394.396,93
Despesas Correntes	176.665.228,28	266.048.373,09	229.520.877,96
Despesas de Capital	72.580.580,78	307.788.273,09	225.873.518,97

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

A receita realizada em 2020 alcançou o montante de R\$ 170.151.602,11 (cento e setenta milhões, cento e cinquenta e um mil, seiscentos e dois reais e onze centavos) com a seguinte classificação:

Tabela 3 – Detalhamento da Receita Realizada do INEA

Receita Tributária	15.495.916,28
(-) DRE	-4.648.775,89
Receita Patrimonial	4.198.943,96
Receita de Serviços	66.561.321,78
Outras Receitas Correntes	87.971.786,67
Total da Receita Corrente	169.579.192,80
Alienação de Bens	0,00
Transferências de Capital	572.409,31
Total da Receita Capital	572.409,31
Total das Receitas	170.151.602,11

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

O montante da despesa empenhada em 2020 foi de R\$ 176.623.449,46 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e vinte e três mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e quarenta e seis centavos), com as seguintes categorias econômicas:

Tabela 4 – Movimentação Orçamentária e Financeira do INEA

Despesas	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Despesas Correntes	169.724.946,00	229.520.877,96	129.796.243,48	125.725.103,33	123.085.220,69
Despesas de Capital	149.914.444,00	225.873.518,97	46.827.205,98	45.399.470,82	43.615.967,79
Total	319.639.390,00	455.394.396,93	176.623.449,46	171.124.574,15	166.701.188,48

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

Já com relação ao recurso descentralizado pelo FECAM, o montante da despesa empenhada em 2020 foi de R\$ 42.744.146,74 (quarenta e dois milhões, setecentos e quarenta e quatro mil, cento e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos), conforme visto anteriormente, de acordo com as informações abaixo:

Tabela 5 – Execução Orçamentária e Financeira do FECAM

Fonte de Recursos	Empenhado	Liquidado	Pago	Inscrito em RPP
104	42.744.146,74	42.744.146,74	41.139.215,43	1.604.931,31
Total	42.744.146,74	42.744.146,74	41.139.215,43	1.604.931,31

4. Fonte: Siafe-Rio, 2020.

O total das Despesas Pagas mais as Inscrições em Restos a Pagar de 2020 ficaram assim discriminadas:

Tabela 6 – Despesa Orçamentária

Despesa Empenhada e Paga no Exercício	166.701.188,48
Restos a Pagar Processados Inscritos	4.423.385,67
Restos a Pagar Não Processados Inscritos	5.498.875,31
Total	176.623.449,46

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

O resultado da execução orçamentária apresentou a seguinte classificação:

Tabela 7 – Resultado da Execução Orçamentária

Receita Realizada	170.151.602,11
(-) Despesa Empenhada	176.623.449,46
Superávit ou Déficit Orçamentário	-6.471.847,35

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

3.3 Execução Financeira

O movimento financeiro global do exercício se espelha, em resumo, por:

Tabela 8 – Movimento Financeiro Global

Saldo do exercício anterior disponível em 31/12/19:	294.602.040,76
Caixa e equivalentes de caixa	293.841.597,72
Depósitos restituíveis e valores vinculados	760.443,04
Saldo para o exercício seguinte disponível em 31/12/20:	352.199.805,15
Caixa e equivalentes de caixa	351.439.362,11
Depósitos restituíveis e valores vinculados	760.443,04

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

O total da despesa orçamentária, composto pelas despesas pagas mais as inscrições em restos a pagar de 2020 ficaram assim discriminadas:

Tabela 9 – Despesas Pagas e Inscrições em Restos a Pagar

Despesas Pagas no Exercício	166.701.188,48
Crédito empenhado liquidado pago	141.117.187,40
Crédito empenhado retido pago	25.584.001,08
Restos a Pagar Processados Inscritos	4.423.385,67
Empenhos liquidados inscritos em restos a pagar processados	4.423.385,67
Restos a Pagar Não Processados Inscritos	5.498.875,31

Empenhos a liquidar inscritos em restos a pagar não processados	5.498.875,31
Total	176.623.449,46

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

Os pagamentos extraorçamentários se compõe:

Tabela 10 – Despesa Extraorçamentária do INEA

Restos a Pagar Processados	15.543.225,06
Restos a Pagar Não Processados	2.920.162,29
Consignações	28.214.597,26
Depósitos de Diversas Origens	4.723.390,38
Outras Operações	107.691,82
Total	51.509.066,81

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

O Resultado Financeiro do exercício de 2020, apurado entre a diferença entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, está representado pelo superávit de R\$ 32.541.376,44 (trinta e dois milhões, quinhentos e quarenta e um mil, trezentos e setenta e seis reais e quarenta e quatro centavos).

Tabela 11 – Ativos e Passivos Financeiros

	Exercício 2020	Exercício 2019
Ativo Financeiro	225.450.799,05	167.853.034,66
Passivo Financeiro	192.909.422,61	865.544.755,43
Resultado Financeiro	32.541.376,44	-697.691.720,77

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

Tabela 12 – Resultado Financeiro

FONTES DE RECURSOS	Exercício 2020	Exercício 2019
081 - Recursos Não Orçamentários - Depósitos de Diversas Origens	- 222.429,27	- 222.429,27
085 - Fonte Genérica	0,00	0,00
100 - Ordinários Provenientes de Impostos	7.751.640,72	- 14.607.673,05
101 - Ordinários Não Provenientes de Impostos	2.372.541,00	- 2.970.702,99
104 - Compensação Financeira pela Exploração de Petróleo	162.119.433,39	- 825.672.773,83
111 - Operações de Crédito	3.340.993,32	- 3.340.993,32
212 - Transferências Voluntárias	1.916.812,30	1.870.031,92
214 - Transferências do PAC	12.509.147,13	14.349.019,33
218 - Transferências Intraorçamentárias	7.375.417,42	31.437.634,06
230 - Recursos Próprios	11.456.672,04	16.479.632,43
232 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia e por Serviços Públicos	8.618.839,04	8.142.878,02
233 - Alienação de Bens	532.032,34	525.181,21
297 - Conservação Ambiental	165.939.493,87	76.318.474,72
Total das Fontes de Recursos	32.541.376,44	- 697.691.720,77

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

3.4 Execução Patrimonial

O resultado patrimonial referente ao exercício de 2020 está representado pela apuração entre as Variações Patrimoniais Aumentativas e Variações Patrimoniais Diminutivas, no valor de R\$ 163.868.958,72 (cento e sessenta e três milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e setenta e dois centavos), conforme informações abaixo:

Tabela 13 – Resultado Patrimonial

	Exercício 2020	Exercício 2019
Variações Patrimoniais Aumentativas	380.838.036,42	326.455.750,43
Variações Patrimoniais Diminutivas	132.887.190,67	162.586.791,71
Resultado Financeiro	247.950.845,75	163.868.958,72

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

3.5 Balanço Patrimonial

Demonstra as alterações patrimoniais resultantes ou independentes da execução orçamentária, com objetivo de evidenciar qualitativamente e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública ao término do exercício.

Tabela 13 – Balanço Patrimonial

ATIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO CIRCULANTE	23.591.188.178,78	27.982.146.754,80
Caixa e Equivalentes de Caixa	351.439.362,11	293.841.597,72
Créditos a Curto Prazo	30.382.023,09	22.700.528,95
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	0,00	5.899.836,61
Investimentos e APLicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	396.107,76	407.664,51
V.P.D. Pagas Antecipadamente	17.400,00	17.400,00
Total Ativo Circulante	382.234.892,96	322.867.027,79
ATIVO NÃO CIRCULANTE	23.591.188.178,78	27.982.146.754,80
Ativo Realizável a Longo Prazo	9.538.938,04	9.538.938,04
Créditos a Longo Prazo	9.538.938,04	9.538.938,04
Demais Créditos e Valores a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos e APLicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
V.P.D. Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	97.947.492,45	97.947.492,45
Imobilizado	976.808.064,12	1.463.262.940,98
Intangível	5.463.361,13	2.033.959,80
Diferido	0,00	0,00
Total Ativo Não Circulante	1.089.757.855,74	1.572.783.331,27
Total do Ativo	1.471.992.748,70	1.895.650.359,06

PASSIVO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
PASSIVO CIRCULANTE	23.591.188.178,78	27.982.146.754,80
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a CP	9.896.220,67	15.999.120,25
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	168.636.091,01	831.928.425,44
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	27.128,92
Obrigações de Repartição a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	129.590.824,78	131.216.837,76
Total Passivo Circulante	308.123.136,46	979.171.512,37
PASSIVO NAO CIRCULANTE	23.591.188.178,78	27.982.146.754,80
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a LP	154.628.997,44	154.945.171,05
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	1.745.762,56	1.745.762,56
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total Passivo Não Circulante	156.374.760,00	156.690.933,61
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.591.188.178,78	27.982.146.754,80
Patrimônio Social e Capital Social	21.445.874,63	21.445.874,63
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	986.048.977,61	738.342.038,45
Resultado do Exercício	247.950.845,75	163.868.958,72
Resultados de Exercícios Anteriores	738.342.038,45	575.930.741,77
Ajustes de Exercícios Anteriores	-243.906,59	-1.457.662,04
Participação de Não Controladores	0,00	0,00
Total Patrimônio Líquido	1.007.494.852,24	759.787.913,08
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.471.992.748,70	1.895.650.359,06

Fonte: Siafe-Rio, 2020.

4. AUDITORIA

O INEA dispõe de um setor de Auditoria Interna, ao qual cabe a realização de inspeções nos demais setores da instituição, a fim de verificar correção dos atos de execução orçamentária, financeira e patrimonial do Instituto.

As principais atividades desempenhadas pelo setor de controle interno podem ser assim resumidas: 1) atendimento a 40 solicitações do Tribunal de Contas do Estado; 2) atendimento a 23 solicitações da Auditoria Geral do Estado; 3) análise de 2 processos de prestação de contas anual de gestão; 4) análise de prestações de contas de descentralização de crédito-concedidas-15 e recebidas-31; 5) análise de 14 prestações de contas de adiantamento; 6) análise de 1 prestação de contas de almoxarifado; 7) análise de 1 prestação de contas de bens móveis; 8) Elaboração de 2 planos anual de auditoria; 9) análise de 2 processos de superavit financeiro; 10) acompanhamento de 3 tomadas de contas; 11) análise de 11 prestações de contas de contrato de gestão; 12) análise e classificação de 12 processos, sendo 1 de Nota Técnica; 13) Participação do Grupo de Trabalho para atualização das Normas do Contrato de Gestão com as Delegatárias e 14) acompanhamento da execução de 4 programas de trabalho.

5. OUVIDORIA

O INEA dispõe de um setor de Ouvidoria, o qual mantém um canal de comunicação interativo com o público externo, recebendo e tratando reclamações, críticas, elogios, sugestões e solicitações de informação; atende as requisições provenientes do Ministério Público Estadual, Federal e do Trabalho; e acompanha as demandas de forma sistêmica, sugerindo ações de aperfeiçoamento no atendimento ao público.

As principais atividades desempenhadas pelo setor de ouvidoria podem ser assim resumidas: (i) recebimento, análise e tratamento das requisições ministeriais, objetivando a elaboração dos ofícios respostas dentro prazos estabelecidos pelo Parquet; (ii) recebimento, análise e tratamento das demandas externas, oriundas dos atendimentos presenciais, telefônicos e das Plataformas Fala Br. e e-Sic, objetivando o atendimento das mesmas dentro dos prazos legais.

No desempenho das atividades acima citadas, pode-se destacar os seguintes resultados: (i) Recebimento de 1.573 ofícios oriundos do Ministério Público e 2.072 ofícios respostas emitidos em atendimento às requisições ministeriais; (ii) 5.772 atendimentos às demandas externas por telefone; (iii) 33 atendimentos às demandas externas presenciais; (iv) 970 atendimentos às demandas externas por e-mail;

(v) 1.207 demandas tratadas no FalaBr; e (vi) 509 demandas tratadas na plataforma e-Sic.

6. PROCURADORIA

A Procuradoria do INEA é o órgão de consultoria e assessoria jurídica do Instituto, chefiada exclusivamente por um Procurador do Estado, nomeado no cargo de Procurador-Chefe, cujas manifestações de ordem jurídica são autônomas e norteadas pela orientação técnico-jurídica fixada pela Procuradoria Geral do Estado.

As principais atividades desempenhadas pelo setor da Procuradoria incluem: análise jurídica de processos administrativos, emissão de pareceres, resposta a consultas formuladas pelas Diretorias e pela Presidência, elaboração de manifestações de cunho jurídico, respostas a ofícios e mandados judiciais, análise de processos licitatórios e aconselhamento jurídico, entre outras.

Como exemplo de processos que foram analisados pela Procuradoria do Inea no período de 2020, tem-se, entre outros: Canalização de Trecho do Rio Roncador; Minuta de Recurso de Reconsideração no TCE/RJ; Consulta Retorno Grupo de Risco Coronavírus; Desenvolvimento e implementação do Selca - Sistema Estadual de Licenciamento e demais Procedimentos de Controle Ambiental; Resort Maraey; Desenvolvimento do Sistema de Gradação de Multas do Inea ; Autódromo Internacional do Rio de Janeiro e Comissão Permanente de Logística Reversa.

7. CORREGEDORIA

O INEA dispõe de um setor de Corregedoria, ao qual cabe fiscalizar as atividades funcionais dos setores e dos agentes, apurar informações de possíveis irregularidades, realizar atividades correccionais nos setores, bem como, fiscalizar e adotar medidas referentes à integridade, zelando pelo cumprimento das normas legais e regulamentares, de políticas e diretrizes estabelecidas para o Instituto.

As principais atividades desempenhadas pelo setor de ouvidoria podem ser assim resumidas: recebimento de 235 denúncias, das quais 35 se tornaram sindicâncias, 37 apurações preliminares e 71 resultaram em diligência externas.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 2021.

Philippe Campello Costa Brondi da Silva

Presidente do INEA
Id funcional nº 42565235

Oyama Bastos Freitas

Diretor de Licenciamento Ambiental do INEA
Id funcional nº 51142481

Fábio Campos Costa

Diretor de Pós-licença do INEA
Id funcional nº 21604878

João Eustáquio Nacif Xavier

Diretor de Biodiversidade, Áreas Protegidas e Ecossistemas do INEA
Id funcional nº 20282443

Hélio Vanderlei Coelho Filho

Diretor de Segurança Hídrica e Qualidade Ambiental do INEA
Id funcional nº 51061643

Daniel Moraes de Albuquerque

Diretor de Recuperação Ambiental do INEA
Id funcional nº 50860224

Jorge Eduardo Barreto de Andrade Filho

Diretor de Gente e Gestão do INEA
Id funcional nº 22952179

Mauricio Carlos Araujo Ribeiro

Procurador-chefe do INEA
Id funcional nº 5717590

Camila Helena Habib Storino

Corregedora do INEA
Id funcional nº 44059817

Fabiana Coelho da Silva

Ouvidora do INEA
Id funcional nº 42742889

Carmelio Cesar de Andrade Silva

Auditor do INEA
Id funcional nº 19596235

Cristina Cardoso Alexandre

Coordenadora Executiva e de Planejamento do INEA
Id funcional nº 51164523